

Política de Desenvolvimento e Escola

NELSON OMEGNA

Professor. Ex-Ministro do Trabalho e Previdência Social. Ex-Deputado Federal. Ex-Secretário de Educação

À Escola cabe alto papel no processo de desenvolvimento.

A tentação, porém, dos pioneiros dessa política, nos países subdesenvolvidos, é diminuir a sua importância.

Prefere-se realizar indústrias, vias de comunicações, usinas. Com isso se julga ter feito o melhor, o mais urgente.

Diversas razões levam a esse êrro.

CAUSAS DA AUSÊNCIA DA ESCOLA

Primeiro, a pressa de alcançar imediatos frutos, como consolação ao povo de quem se cobra pesado tributo com as caras realizações.

Compreende-se essa pressa. É que o desenvolvimento é fenômeno recente e veloz.

Mas, mesmo recente, desencadeou rápido processo de criações, descobertas e conquistas que transfiguraram a nossa civilização. Tem-se a impressão que os povos que não se adiantam no rumo de uma política de desenvolvimento irão ficar tão atrasados, nesta hora da eletrônica e da energia nuclear, que, em breve, já não chegarão sequer a entender a linguagem da gente evoluída. Perderão o direito de opção dos seus próprios destinos.

A segunda causa é a ilusão de que o desenvolvimento só se faz através da indústria. A máquina tem seu papel neste processo. Mas não é tudo. Pois o que o caracteriza é o **emprego da técnica** que muitas vezes exclui a própria máquina. Em certas áreas tem-se feito, a largo modo, a mecanização da lavoura e a

opinião dos entendidos é de que aquêle uso excessivo tem sido contraprodutivo.

Mais que a máquina, é a técnica — a aplicação dos conhecimentos científicos no trabalho da produção — que realiza o desenvolvimento. Na agricultura, o que mais de evoluído se tem alcançado é a melhoria das sementes, o estudo da terra, os serviços de irrigação, a aquisição de novas e melhores espécies e raças. É a técnica o que mais tem valido e o que realça, no processo do desenvolvimento, o papel da cultura e da escola.

Há uma terceira causa: é o tipo de cultura com que, nos países subdesenvolvidos, a Escola se tem preocupado.

Vieram da civilização helênica dois conceitos que até hoje interferem no mundo: o da cultura contemplativa, sem ligações com ação e empreendimentos, e o trabalho sem dignidade.

A Escola se ofereceu por muito tempo, aos meninos das classes improdutivas. Aos das classes destinadas ao trabalho se recusou a instrução.

Ficou nos países subdesenvolvidos, onde o trabalho por muito tempo se confundiu com a escravidão, a herança da velha mentalidade. Ainda vive nêles a escola e a cultura inutilitárias.

Natural é, em tais países, que, em se pensando em desenvolvimento das técnicas, a Escola tenha sido esquecida.

A quarta razão está no fato de não serem as elites, felizes com o **status quo** da sociedade em que vivem, que lideram as realizações desenvolvimentistas. Elas são imposições das massas insatisfeitas.

O povo se aliena do processo político. As oligarquias municipais e nacionais, senhoras das fontes da economia, conduzem a administração pública. Também se ausenta o povo do processo econômico. A massa não chega, como ser coletivo, a participar conscientemente das atividades desse setor. Naturalmente que, como colaboradores, os homens individualmente alugam seu trabalho. A massa, porém, como consciência coletiva, reclamando soluções nacionais, programando roteiro às indústrias para o bem de todos, não existe no processo cujos promotores são apenas as minorias econômicas que, numa atuação de caráter privado, pretendem só o próprio enriquecimento.

Alterações políticas, econômicas e sociais, seja a densa urbanização, a industrialização, a sindicalização ou massificação, promovem uma elevação da sensibilidade ideológica do povo. Então as massas participam dos pleitos políticos. Assumem uma atitude que espelha vivo interesse econômico. Comportam-se com inspirações empresariais.

Desde aí começa o processo político a empolgar o econômico. A massa reclama a subordinação do desenvolvimento material à definição programática dos partidos, impõe a elaboração de planejamento, vibra aos *slogans* inspirados na convicção da necessidade de defender os SEUS minérios, SEU petróleo, SUAS fontes de energia e de proteger SUAS indústrias (embora quase todas de empresas privadas) contra o processo de desnacionalização. Exigem realizações como objetos das disposições operativas do governo, patenteando o seu gênio empresarial e a sua convicção de que desenvolvimento depende mais da racionalidade das deliberações políticas que do arbítrio das minorias empresariais.

O curioso é que as massas têm a intuição do papel da Escola nesse processo, e a invadem reclamando dela a promoção desenvolvimentista.

No Brasil a experiência é notável. A demanda à Escola Secundária por parte da criança vinda das camadas proletárias é uma das características da vida brasileira atual.

Em trinta e sete anos, isto é, a partir de 1933, as matrículas àquelas Escolas cresceram 1.700 por cento.

A massa que reclama política de desenvolvimento valoriza a escola como fator daquele processo.

RAZÕES DO ALTO PAPEL DA ESCOLA

Por diversas razões se pode afirmar a importância da Escola neste processo de desenvolvimento.

A primeira razão está nas raízes históricas do desenvolvimento tecnológico, que surge quando a inteligência se volta para solucionar, com os conhecimentos da ciência, as deficiências do trabalho.

Quando James Watt, Stephenson, Askwright, Evans e Fulton voltaram para os rudes instrumentos da produção a nobre inteligência, até então contemplativa, inauguraram uma atitude mental tão inovadora que as normas da produção sempre iguais, rotineiras por milênios, se transmutaram nessa sucessão de energias, instrumentos, máquinas e sistemas que deram ao homem o poder de realizar os milagres modernos da civilização. Começaram aquêles gênios a revolução quando fizeram do trabalho o fim maior dos conhecimentos.

Ao lado da fábrica que cria as máquinas, exista a Escola capaz de criar o homem que opere aquelas máquinas.

A segunda razão da importância da Escola no plano do desenvolvimento está no fato de sua ausência encarecer-lo.

Quando um país se desenvolve, o número de técnicos necessários às novas formas de produção cresce constantemente.

Antes de se desencadear a Revolução Industrial não existia no mundo uma só **Escola de Engenharia**. Não havia necessidade de técnicos de alto nível. A partir de então as nações convocam engenheiros, com instantes apelos.

Em 1890, ano em que os Estados Unidos da América possuíam o nível de produção equivalente ao do Brasil em 1945, o número de engenheiros ali era de 600 por milhão de habitantes. No Brasil, em 1965, contavam-se 410 por milhão de habitantes. Como pode o país alcançar nível equivalente de produção com uma força técnica tão baixa? — Comprando a técnica que lhe falta sob a forma de máquinas, patentes, consultores, e desbaratando suas divisas e ajudando a financiar o maior progresso dos países fornecedores da tecnologia.

E quanto custa isso? — Sabe-se, no Brasil, que a técnica importada em 1965 correspondia a quatro vezes a que o país possuía de sua. A quanto montará esse preço agora com o país empregado em vultosos planos de realizações?

Em regra o país comprador de técnica é cliente condescendente. Compra máquinas **rebuilt**, fábricas superadas, quando as empresas vendedoras pretendem modernizar seus equipamentos. Assim a transação em que entra, vale como financiamento da remodelação industrial das nações evoluídas.

Sem Escola que cria técnicos não há desenvolvimento senão com gravíssimos ônus para o povo. Os Estados Unidos da América sabem disso. Por isso é crescente o seu afã de formar equipes de assessores e de cientistas.

Segundo informam os dados que temos em mão, em 1870 havia naquele país um técnico, cientista ou engenheiro, para 1.100 trabalhadores. Em 1965 havia 1 para 60 trabalhadores.

Numa política de desenvolvimento verdadeira há necessidade de se criarem escolas para formar êsses quadros.

Há uma terceira razão. O grande efeito do desenvolvimento é operar nas populações denso processo de mobilidade social.

Antes da Revolução Industrial, as populações de todos os povos se distribuíam segundo estas medidas:

Um pequeno grupo exerce o poder ou as lideranças políticas e econômicas (0,01% no máximo). Pequena classe (de 3 a 5%) dos detentores dos cargos burocráticos e fontes de produção. 15% da força do trabalho dedica-se ao artesanato ou in-

dústrias modestas. O grosso da população (80%) é a mão-de-obra aplicada na terra para prover de alimentos toda a população.

Os processos do trabalho, frutos da rotina e eivados de soluções mágicas, rendem produções nulas. Então, o bem-estar das classes dirigentes impõe o regime de subconsumo às classes baixas, reduzidas à miséria.

Foi assim antes do advento da tecnologia em todos os países. Continua sendo assim nos povos subdesenvolvidos.

As novas técnicas convulsionaram êsses quadros movimentando as multidões no plano horizontal e na escala vertical.

Veja-se o que ocorreu nos Estados Unidos da América. O quadro abaixo revela as percentagens da população entregues às atividades da terra e da pesca de 1820 a 1965.

Ano	% da População Ativa na Agricultura e Pesca
1820	71,9
1830	70,4
1840	68,4
1850	64,5
1860	59,7
1870	53,4
1880	49,3
1890	42,6
1900	37,5
1910	31,0
1920	27,0
1930	21,0
1940	18,8
1950	12,0
1956	9,8
1965	8,0

Há, no quadro, uma redução constante das equipes agrícolas. Os excedentes dos quadros do trabalho rural abastecem outros setores de ocupações.

Em 1965, 10 milhões de trabalhadores agrícolas, não só abastecem 188.000.000 de habitantes, como ainda produzem 8 bilhões de dólares de excedentes agrícolas anuais.

No Brasil o recente processo desenvolvimentista já faz sentir seus efeitos na mobilidade social da população.

Ano	% de População Ativa na Agricultura e Pesca
1920	71,9
1940	67,5
1950	57,0
1960	50,0
1965	48,0

Comparados os dados presentes com os do fenômeno americano, verifica-se que, no Brasil, o processo de mudança ocupacional começa a ser mais veloz.

Numa política de desenvolvimento, a técnica dispensa trabalhadores das atividades primárias (produtores de bens da agricultura) para os carrear para as secundárias (realizadoras dos bens industriais) e para as terciárias (atividades de prestação de serviço).

A marcha dos trabalhadores norte-americanos oriundos do campo apresenta mutações curiosas: a princípio o progresso tecnológico tange os trabalhadores rurais, encaminhando-os para a indústria. Numa segunda fase, porém, os trabalhadores são tangidos também da indústria e vão para o setor da prestação de serviço, onde geralmente se tornam autônomos e fazem jus a melhores salários e **status**.

Para se conseguir essa mobilidade impõe-se um aparelhamento escolar afinado pelo espírito tecnológico e que faça a educação e a instrução para o desenvolvimento e, sobretudo, para as transferências ocupacionais.

Porque não tem buscado essa adaptação à era tecnológica, a Escola Brasileira invadida pelas massas juvenis das classes operárias, tem sido também despertada em volume impressionante pelos moços que nela acreditavam erradamente achar instrumentos e normas de promoção profissional.

Se falta a Escola apropriada, a técnica aplicada no setor agrícola ou adotada na fábrica vai gerar marginais e desajustados de toda a sorte que tornarão amaldiçoados os êxitos parciais e aparentes do desenvolvimento.

Do exposto só flui uma conclusão: os esforços destinados a promover a elevação de vida dos povos em desenvolvimento são vãos sem a presença da Escola capaz de promover a evolução e difusão das técnicas modernas.